

CLAUDIA PORTELA DOS SANTOS

A Política da Assistência Estudantil no Instituto Federal do Pará-Campus Belém a partir da implementação do Decreto nº7234 de 19/07/2010.

.

Belém

INTRODUÇÃO

A educação enquanto um direito fundamental do homem vem passando por um processo de reconhecimento no decorrer da formação da sociedade. No Brasil, a educação começou a aparecer como um direito de todos, desde a constituição de 1934, cujo texto afirmava que juntamente com a oferta da educação se fazia necessária uma assistência aos estudantes.

No entanto, a implantação de políticas de assistência estudantil se fortalece por meio de ação governamental no momento que se iniciou na educação superior um processo de ampliação de vagas nas universidades e de fomentação de políticas de ações afirmativas as quais vieram para contribuir na entrada de um novo perfil de estudante nas instituições federais de ensino, tornando a assistência estudantil indispensável para a garantia de condições de permanência dos acadêmicos de baixa renda. Pois não bastava incluir este perfil de alunado, foi necessário ampliar as condições de permanência para possibilitar a conclusão do curso com êxito.

Assim a implantação de ações de assistência estudantil nas universidades federais abriu espaço para o ingresso também do profissional de Serviço Social, pois este através de sua formação tem suas ações voltadas para trabalhar junto às políticas sociais, sendo protagonistas na execução da política de assistência estudantil.

Partindo deste cenário que se justifica a minha inserção no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA, e momento no qual se manifestou o interesse em pesquisar e conhecer as questões que permeiam a execução desta política no IFPA, chegando-se aos pontos levantados como disparadores para realizar a pesquisa pretendida. Apresentou-se então o interesse no âmbito profissional e acadêmico em executar as ações de forma coerente por meio de pesquisas que possam contribuir na gestão por meio de possíveis propostas que possam subsidiar em adequações na política educacional.

DESENVOLVIMENTO

No Brasil, dentre as inúmeras medidas previstas no Plano de Desenvolvimento da Educação, está o decreto Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007, que instituiu o Programa de Planos de Reestruturação e expansão das Universidades Federais (REUNI), cujo objetivo estabelecido é o de criar condições para ampliação do acesso e permanência na educação superior. Assim este processo de expansão contribuiu para que os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) passassem a categoria de Institutos Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, que no caso específico da área de estudo passou a se chamar Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA, cuja proposta é oferecer educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino.

Com a expansão do ensino superior foi implantado também a política de permanência, a qual visa subsidiar condições materiais aos alunos oriundos de famílias de baixa renda e que fazem parte de uma parcela da população historicamente excluída, e que mesmo com acesso à educação apresentam dificuldades de concluir o ensino superior. Assim, estudos demonstraram a necessidade de se instituir a Política de Assistência Estudantil a qual foi normatizada por meio do Decreto 7.234 de 19/07/2010 e que dispõe sobre Programa Nacional Assistência Estudantil através do qual as Universidades federais e Institutos Federais de Ensino recebem aporte de recursos para que assumam de forma autônoma a condução da Assistência Estudantil por meio de investimentos específicos.

Assim apresentou-se a partir de uma breve conceituação que “Política de Assistência Estudantil”, a qual é objeto desta pesquisa caracteriza-se como uma política social que busca atender necessidades sociais básicas da população, e está inserida no campo das Políticas Públicas de Educação Superior. Trata-se de uma política estruturada com a proposta de responder às demandas dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica - que estão tendo sua participação ampliada no ensino superior público - na perspectiva de inclusão social, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e qualidade de vida. Ela recebe o nome de “política” por estar estruturada com base em um conjunto de princípios e diretrizes que

norteiam a implementação de ações no campo das Instituições Federais de Ensino Superior (FONAPRACE, 2012).

Assim destaca-se que a partir do ano de 2013 a Política de Assistência estudantil foi implementada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA – Campus Belém e têm desenvolvido ações por meio da transferência de recursos aos alunos de baixa renda e com risco de evasão.

Portanto, entender o impacto da política de Assistência Estudantil no IFPA, especificamente, se justifica, a partir do momento que enquanto técnica do IFPA recebeu-se a designação para operacionalizar ações propostas pela referida política, o que proporcionou deste então o engajamento e interesse em pesquisar e conhecer as questões que permeiam a execução desta política no referido locus - IFPA - apresentando-se desde então um compromisso profissional, acadêmico e ético em executar as ações de forma coerente e com constantes avaliações, por meio de pesquisas que possam contribuir na gestão e propostas de possíveis adequações na política educacional.

Desta forma, considera-se que as instituições educacionais são o *locus* onde a dinâmica do conjunto de políticas e ações integradas entre Sistema – Educação – Comunidade se efetiva, refletindo um modelo de gestão, permitindo então, o confronto entre as políticas públicas propostas e o alcance dos objetivos propostos a partir da ótica da eficiência, eficácia e efetividade. Compreende-se também que o tema em análise vem de encontro ao que dispõe a linha de pesquisa: Articulação estado-sociedade-educação, o que fortalece ainda mais o interesse em realizar a pesquisa dentro dos critérios acadêmicos, uma vez que possibilitará enquanto pesquisador aprofundamento dos estudos na perspectiva epistemológica, além de contribuir nas pesquisas já existentes no âmbito da política educacional.

Destaca-se ainda, a importância do tema já que o direito ao acesso e à permanência na escola é garantido no Brasil por meio da Constituição Federal de 1988, e sua efetivação deve ser por meio de processos de acompanhamento e avaliação de desempenho e resultados.

Diante do exposto tem-se a proposta de pesquisar o impacto da Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA, no que tange a evasão e rendimento escolar no ensino superior no período de 2014 à 2015 levantando se o seguinte problema: O recurso destinado á Política de Assistência

estudantil está atingido seu objetivo no que se refere ao combate à evasão escolar? E aí se destaca: A política implementada da Assistência ao estudante tem contribuído no rendimento acadêmico dos estudantes de ensino superior? Todos os alunos do ensino superior que se enquadram no critério de vulnerabilidade sócia econômica conforme define a política têm conseguido acessar o recurso?

Diante este contexto apresentado cita-se assim algumas pesquisas realizadas sobre o tema em questão, as quais se destaca de: SILVEIRA (2012) que apresentou na sua pesquisa a reflexão acerca da educação e da assistência estudantil no ensino superior, tomando como referência o entendimento de educação como mecanismo emancipatório. A autora investigou como se configuram as ações da assistência estudantil nas universidades brasileiras com objetivo de conhecer e refletir sobre as ações desta política. E apresentou como resultado o indicativo de que maioria das universidades brasileiras apresenta a execução desta política por meio de programas para subsidiar o estudante para o transporte, moradia, alimentação, creche e ações para o atendimento as pessoas com necessidades específicas.

Outro estudo similar refere-se ao de TAUFICK (2013) em que analisou a Política de Assistência Estudantil nos Institutos Federais por meio da regulamentação, tendo como foco alunos do PROEJA – Programa de educação para jovens e adultos. O objetivo do pesquisador foi analisar se os institutos federais estão assumindo a concessão do benefício.

Para tal pesquisa, TAUFICK utilizou-se da pesquisa qualitativa por meio da análise de conteúdo dos princípios, objetivos e critérios previstos no regulamento de cada instituição e analisou se estão em sintonia com a proposta de auxílio ao acesso, permanência e êxito do estudante do PROEJA. Assim a pesquisa apresentou que se torna necessário o fortalecimento, e ampliação da Política da Assistência Estudantil, inclusive no que se refere ao aumento de recursos financeiro.

Outra pesquisa identificada foi da pesquisadora PARENTE (2013) a qual estudou a Política de Assistência Estudantil através do Programa Auxílio Permanência em que o estudo apresentou como objetivo: analisar o Programa Auxílio Permanência do Instituto Federal de Brasília, o qual atende alunos em situação de vulnerabilidade

social. A pesquisa foi realizada por meio do método de Estudo de Caso no qual os dados foram analisados por meio de dados quantitativos.

A pesquisadora concluiu que o Programa Auxílio Permanência contribuiu para melhor rendimento dos alunos beneficiados, no entanto no que tange a frequência a pesquisa evidenciou um percentual de 10% de faltas abaixo da média considerada pela instituição estudada.

Desta forma destaca-se que os desafios enquanto pesquisador são muitos, pois a partir da leitura de referenciais teóricos epistemológicos entenderam-se alguns desafios que o pesquisador poderá enfrentar e que são considerados como obstáculos epistemológicos, desta forma apresenta-se como desafio o de não deixar-se impregnar pelo que já está determinado no objeto estudado no que se refere aos resultados e de não generalizar o estudo com outras experiências. Destaca-se ainda o obstáculo de romper com a atração ao particular ou pelo universal, uma vez que como pesquisadora não se deve desdenhar o pormenor e nem fechar-se ao conhecimento geral. Assim, outro obstáculo a se inferir trata-se do conhecimento unitário e pragmático, uma vez que para o pesquisador deve se ter a ruptura deste conhecimento geral o qual todas as perguntas se resolvem diante uma visão geral de mundo.

Assim, pretende-se seguir o que Bourdieu (1990) defende no sentido de manter uma vigilância epistemológica o cuidado permanente com as condições e os limites da validade de técnicas e conceitos. As atitudes de repensar cada operação da pesquisa, mesmo a mais rotineira e óbvia, de proceder à crítica dos princípios e à análise das hipóteses para determinar a sua origem lógica.

Portanto romper com os obstáculos por meio de um olhar crítico e analítico impregnando-se da compreensão de que a superação virá pela formação do espírito científico através da reflexão, da desmistificação de conceitos a qual revelará novas possibilidades, novos saberes conduzindo-se então á uma produção científica.

CONCLUSÃO

Partindo-se do entendimento de que as instituições educacionais são o *locus* onde a dinâmica do conjunto de políticas e ações integradas entre Sistema – Educação – Comunidade se efetiva, e refleti um modelo de gestão, torna-se salutar analisar o

confronto entre as políticas públicas propostas e o alcance dos objetivos propostos a partir da ótica da eficiência e eficácia. Assim, agregar valor acadêmico por meio da linha de pesquisa: Articulação estado-sociedade-educação, fortalece ainda mais o interesse em realizar a pesquisa dentro dos critérios acadêmicos, uma vez que possibilitará enquanto pesquisador aprofundamento dos estudos na perspectiva epistemológica, além de contribuir nas pesquisas já existentes no âmbito acadêmico da política educacional.

Os desafios de entender o impacto da política de Assistência Estudantil no IFPA, especificamente enquanto pesquisadora da referida política proporciona o engajamento científico na área de atuação possibilitando a desmistificação e o conhecimento das questões que permeiam a execução desta política no referido locus – IFPA. Destaca-se ainda, o compromisso profissional e de cidadã ao possibilitar ações de forma coerente e com constantes avaliações, por meio de pesquisas que possam contribuir na gestão e propostas de possíveis adequações na política educacional.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Ana Carolina Lili, Desafios e Possibilidades da Política de Assistência Estudantil da UFJF, Juíz de Fora, 2013.

BACHELARD, Gaston. A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento/tradução Estela dos Santos Abreu. –Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.316p.

BORDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean- Claude; PASSERON, Jean Claude. A profissão de sociólogo, preliminares epistemológicos. Petrópolis: Vozes,1990.

BRASIL. Lei N° 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Acessado em: http://www.planalto.gov.br/civil_03/_Ato2007-010/2010/Decreto/L11892.htm.

_____. Decreto 7.234 de 19 de julho de 2010. Acessado em: http://www.planalto.gov.br/civil_03/_Ato2007-010/2010/Decreto/D7234.htm [Consulta: 15 de setembro de 2014]

_____. Decreto n° 6.096 de 24 de abril de 2007. Acessado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm [Consulta: 15 de setembro de 2014]

FORUM NACIONAL DE PRÓ REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTES. Proposta do FONAPRACE para o Plano Nacional de Assistência aos Estudantes de graduação das Instituições Públicas de Ensino Superior.2007. Disponível em: <http://www.unb.br/administracao/decanatos/dac/fonaprace/documentos/pna.htm> [Consulta: 15 de setembro de 2014]

PARENTE, Andréa Pinto Graça, Uma análise do Programa Auxílio Permanência, da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Brasília para os estudantes em vulnerabilidade social, Brasília-DF, 2013. [:< http://www.scielo.org/php/index.ph](http://www.scielo.org/php/index.ph)> [Consulta em 17/set.2014]

SILVEIRA, Miriam Moreira da, A assistência Estudantil no Ensino Superior: uma análise sobre as políticas de permanência federais brasileiras. Pelotas, 2012. :<<http://www.scielo.org/php/index.ph>> [Consulta em 22/set.2014]

TAUFICK, Ana Luiza de Oliveira Lima, Avaliação da Política de Assistência Estudantil dos Institutos Federais para o PROEJA. Juíz de Fora, 2013. :<<http://www.scielo.org/php/index.ph>> [Consulta em 22/set.2014]